

Latinos vão a Quito debater dívida externa

Dezenas de parlamentares latino-americanos reúnem-se nos próximos dias 5 e 6 em Quito, Equador, para uma análise pericial da dívida externa do Continente. Nesse encontro pode ser decidida uma declaração a favor da moratória em bloco ou a limitação do pagamento do serviço da dívida a um percentual prefixado do crescimento do PIB de cada País, conforme revelou ontem o deputado Arthur Lima Cavalcanti (PDT-PE), coordenador, no Brasil, da Frente Parlamentar Latino-Americana.

No caso brasileiro, ele entende que a decretação da moratória não acarretará maiores problemas para o País. Entretanto, afirma, qualquer decisão nesse sentido deverá ser precedida da transferência de reservas e fundos de determinadas praças, para evitar o arresto dos bens. Quanto ao patrimônio das empresas brasileiras no exterior, estaria a salvo de retaliações, "pois os devedores são o Banco Central e o Tesouro Nacional".

PERÍCIA

Um dos objetivos dessa frente parlamentar, que no Brasil conta com mais de 200 membros, é pressionar os governos latino-americanos para uma análise pericial da dívida. Isso porque, segundo Arthur Lima Cavalcanti, "esperar que eles se articulem coordenadamente para enfrentar o cartel dos credores é desconhecer as pressões ativas, o poder coercitivo que o lobby do sistema financeiro internacional

exerce, através de retaliações, inibindo uma atuação unitária dos devedores".

Segundo o vice-líder pedetista, a América Latina e em particular o Brasil, não podem financiar o déficit público dos Estados Unidos, como vem ocorrendo desde 1973. Naquele ano, por exemplo, nossa dívida externa oscilava em torno dos 17,2 bilhões de dólares. Mas a emissão de bônus pelos Estados Unidos e a consequente elevação dos juros internacionais agravaram ainda mais o endividamento. A partir de 1974 os sobrejuros, necessários para o financiamento da dívida, excederam sempre aos 7,25 por cento, contra os 5,6 por cento pagos anteriormente. Só de sobrejuros, o Brasil deve hoje mais de 73 bilhões de dólares.

MORATÓRIA

A moratória, garante Arthur Lima Cavalcanti, já foi adotada pelas maiores nações do mundo — inclusive pelos próprios Estados Unidos. Só neste século, por exemplo, a decisão foi tomada pela Rússia (1917), seguindo-se, além dos norte-americanos, Portugal, Espanha e Grécia (1930), Alemanha (em 1933), México (em 1938) e, em 1945, a Inglaterra. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos perdoaram metade da dívida dos países europeus. Em 1951, o Irã decretou a moratória; a Indonésia o fez em 1958; o Iraque em 1972; o Irã, uma vez mais, em 1979, e mais recentemente, em 1985, foi a vez do Peru. Quanto ao Brasil, sua última moratória foi em 1987.